MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE

Portaria n.º 567/2000

de 7 de Agosto

É inestimável o contributo que prestam ao País as comunidades portuguesas e crescente o papel dos luso-descendentes na afirmação e visibilidade de Portugal no estrangeiro.

A necessidade da sua valorização cultural, académica e profissional vem sendo assumida como forma privilegiada de integração social, cívica e política, ao mesmo tempo que lhes é reconhecido o importante papel de agentes de mudança social e cultural.

Considerando que é pertinente facultar a estes jovens o contacto com a realidade empresarial portuguesa, através da realização de estágios profissionais em território nacional, por forma a promover e facilitar a sua inserção profissional no país de origem ou em Portugal;

Considerando que esta experiência, constituindo um significativo veículo de aperfeiçoamento e complemento dos conhecimentos e competências adquiridos no sistema educativo/formativo, contribuirá para o aumento do nível de empregabilidade dos jovens destinatários, potenciando as suas perspectivas de inserção na vida activa e propiciando, simultaneamente, para a cultura das empresas, diferentes experiências;

Observada que foi a exigência constante do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 132/99, de 21 de Abril, quanto à divulgação e apreciação do projecto;

Assim, tendo em conta o disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 132/99, de 21 de Abril, e ao abrigo do estatuído no n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma legal:

Manda o Governo, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

1.º

Objecto

1 — O presente diploma institui a medida estágios profissionais para jovens portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, adiante designado por IEFP, em estreita articulação com a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, adiante designada por DGACCP.

2 — No âmbito do presente diploma, considera-se estágio profissional aquele que vise a inserção de jovens na vida activa, complementando uma qualificação preexistente através de uma formação prática, a decorrer em contexto laboral.

3 — Consideram-se luso-descendentes, para efeitos do presente diploma, os filhos dos trabalhadores portugueses que residam ou que tenham residido no estrangeiro.

4 — Não são elegíveis, no âmbito da presente medida, os estágios que tenham como objectivo a aquisição de

uma habilitação profissional requerida para o exercício de determinada profissão, nem os estágios curriculares de quaisquer cursos.

2.º

Objectivos

A presente medida visa complementar e aperfeiçoar as qualificações sócio-profissionais dos jovens portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, através da frequência de um estágio em situação real de trabalho, proporcionando-lhes o contacto com a realidade empresarial portuguesa, por forma a promover e facilitar a sua inserção profissional em Portugal ou no país de origem.

3.º

Destinatários

1 — São destinatários da presente medida jovens desempregados, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, habilitados com diploma do ensino superior — níveis V e IV — ou com formação técnico-profissional — nível III.

2 — Aos destinatários portadores de deficiência não se aplica o limite máximo de idade estabelecido no número anterior.

4.º

Duração do estágio

Os estágios profissionais realizados no âmbito deste diploma têm a duração de nove meses.

5.º

Entidades promotoras

1 — Podem candidatar-se à presente medida entidades públicas ou privadas que apresentem condições técnicas e pedagógicas para facultar, com qualidade reconhecida, estágios profissionais à população destinatária, doravante designadas como entidades promotoras.

2 — As entidades promotoras devem designar, para cada estágio proposto, um orientador de estágio, o qual é responsável pela execução e acompanhamento do plano individual de estágio, não podendo cada orientador ter mais de três estagiários a seu cargo.

3 — Compete, na generalidade, ao orientador de estágio:

- Definir os objectivos e o plano de estágio, assim como o perfil de competências requerido;
- Realizar o acompanhamento pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objectivos definidos;
- Avaliar, no final do estágio, os resultados obtidos pelo estagiário;
- Elaborar e apresentar, periodicamente, relatórios de acompanhamento e avaliação.

4 — É atribuída ao orientador de estágio uma compensação financeira, até ao limite de oito horas mensais por estagiário, nos seguintes montantes:

- 2000\$/hora por estagiário com nível de qualificação IV ou V;
- 1500\$/hora por estagiário com nível de qualificação III.

6.º

Recrutamento e acompanhamento

A DGACCP, no exercício das suas competências e em articulação com as associações portuguesas no estrangeiro, assegura aos estagiários:

- a) O recrutamento e selecção;
- b) O seu encaminhamento para Portugal;
- c) O acolhimento e alojamento em Portugal;
- d) O apoio e acompanhamento no regresso ao país de origem.

7.º

Condições preferenciais para selecção de estagiários

Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do n.º 10.º da Portaria n.º 268/97, de 18 de Abril, é ainda considerada condição preferencial de acesso aos estágios previstos no presente diploma o nível de conhecimento da língua portuguesa.

8.º

Apoio técnico

1 — O IEFP, no exercício das suas competências, assegura:

- a) O encaminhamento dos estagiários para as entidades promotoras previamente seleccionadas;
- b) O acompanhamento técnico no período de desenvolvimento dos planos individuais de estágio.

2 — Para efeitos do estabelecido na alínea a) do número anterior, deve o perfil do estagiário ajustar-se ao perfil de competências da função, em termos de habilitações académicas, competências técnico-profissionais e sócio-relacionais, bem como da qualificação profissional, de acordo com o solicitado pela entidade promotora.

CAPÍTULO II**Apoios financeiros**

9.º

Bolsa de estágio

Aos estagiários é concedida, mensalmente, desde o início do estágio e durante toda a sua vigência, uma bolsa de estágio, nos seguintes montantes:

- a) Igual a duas vezes o valor do salário mínimo nacional para os níveis de qualificação V e IV;
- b) Igual a uma vez e meia o valor do salário mínimo nacional para o nível de qualificação III.

10.º

Comparticipação do IEFP na bolsa de estágio

O IEFP participa na bolsa de estágio nas seguintes proporções, de acordo com a natureza da entidade promotora:

- a) Para pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos e entidades de direito público:
 - i) 80% do valor da bolsa no 1.º trimestre de estágio;

ii) 70% do valor da bolsa no 2.º trimestre de estágio;

iii) 50% do valor da bolsa no 3.º trimestre de estágio;

b) Para pessoas colectivas de direito privado com fins lucrativos:

i) 60% do valor da bolsa no 1.º trimestre de estágio;

ii) 50% do valor da bolsa no 2.º trimestre de estágio;

iii) 40% do valor da bolsa no 3.º trimestre de estágio.

11.º

Comparticipação das entidades promotoras na bolsa de estágio

As entidades promotoras participam nas bolsas nas seguintes proporções:

a) Sendo pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos ou entidade de direito público:

i) 20% do valor da bolsa no 1.º trimestre de estágio;

ii) 30% do valor da bolsa no 2.º trimestre de estágio;

iii) 50% do valor da bolsa no 3.º trimestre de estágio;

b) Sendo pessoa colectiva de direito privado com fins lucrativos:

i) 40% do valor da bolsa no 1.º trimestre de estágio;

ii) 50% do valor da bolsa no 2.º trimestre de estágio;

iii) 60% do valor da bolsa no 3.º trimestre de estágio.

12.º

Seguro contra acidentes pessoais

Os estagiários têm direito a um seguro contra acidentes pessoais que possam ocorrer durante e por causa do estágio, cujos custos são suportados pelo IEFP.

13.º

Subsídio de refeição

Aos estagiários é concedido um subsídio de refeição, cujo valor diário é o equivalente a duas vezes o montante fixado para os funcionários e agentes da Administração Pública, cujos custos são suportados pelo IEFP.

14.º

Subsídios complementares

O IEFP assegura, ainda, o pagamento de:

- a) Um subsídio de alojamento, no valor mensal correspondente a 50% do salário mínimo nacional;
- b) Um subsídio para despesas de transporte, no valor mensal de 12,5% do salário mínimo nacional.

15.º

Despesas de transporte no início e fim do estágio profissional

O IEFP suporta as despesas de transporte do jovem estagiário correspondentes ao custo das viagens entre o local de residência no país de origem e o local de realização do estágio profissional em território continental nacional, no início e no fim do mesmo, bem como o respectivo seguro de assistência em viagem.

16.º

Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e avaliação da execução da presente medida fica a cargo de uma comissão paritária, constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside, e dois representantes da DGACCP.

17.º

Plano de acção

A comissão paritária deve elaborar, anualmente, um plano de acção, a aprovar pelo IEFP e DGACCP e a homologar pelos membros do Governo da tutela, que defina o número de estagiários por países, de acordo com a dimensão da comunidade portuguesa nos mesmos.

18.º

Número de estágios profissionais

1 — O número máximo de estágios profissionais, no âmbito da presente medida, é fixado até ao final de cada ano, para vigorar no ano seguinte, por despacho conjunto dos membros do Governo competentes, de acordo com as disponibilidades financeiras do IEFP.

2 — Para o ano de 2000, o número máximo de estagiários a abranger pela medida é 1000.

19.º

Aplicação subsidiária

Em tudo o que se não encontre especialmente regulado aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto na Portaria n.º 268/97, de 18 de Abril.

20.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra imediatamente em vigor.
Em 17 de Julho de 2000.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Jaime José Matos da Gama*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Portaria n.º 568/2000**

de 7 de Agosto

Com a alteração ao Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 8/2000, de 8 de Fevereiro, o fornecimento de gás natural em

baixa pressão através de redes locais autónomas, abastecidas a partir de instalações autónomas de gás natural liquefeito (GNL), ficou a compreender o âmbito de exercício da actividade de distribuição de gás natural.

Por seu turno, pela alteração ao artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, operada pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro, as unidades autónomas de gás natural liquefeito ficaram a fazer parte integrante do sistema de gás natural definido no citado preceito.

Nos termos previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, a regulamentação do projecto, construção, exploração e manutenção dos componentes do sistema de gás natural é estabelecido por portaria do Ministro da Economia.

Importando dinamizar a implantação das unidades autónomas de GNL, a presente portaria tem por finalidade proceder à aprovação do regulamento de segurança aplicável ao projecto, construção e exploração das instalações de armazenagem de gás natural daquelas unidades.

Assim:

Ao abrigo do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 7/2000, de 3 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Economia, que seja aprovado o Regulamento de Segurança das Instalações de Armazenagem de Gás Natural Liquefeito em Reservatórios Criogénicos sob Pressão, designadas por Unidades Autónomas de GNL, que constitui o anexo da presente portaria e dela fica a fazer parte integrante.

O Ministro da Economia, *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura*, em 12 de Julho de 2000.

ANEXO**REGULAMENTO DE SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES DE ARMazenagem de Gás Natural Liquefeito em Reservatórios Criogénicos sob Pressão — UNIDADES AUTÓNOMAS DE GNL.****CAPÍTULO I****Generalidades****Artigo 1.º****Objecto e âmbito**

1 — O presente Regulamento estabelece as condições a que deve obedecer o projecto, a construção e a manutenção das unidades autónomas de gás natural liquefeito, adiante designadas por UAGNL, licenciadas nos termos do Decreto-Lei n.º 374/89, de 25 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 274-A/93, de 4 de Agosto, e 8/2000, de 8 de Fevereiro.

2 — Estão abrangidas pelo âmbito de aplicação do presente Regulamento as UAGNL com capacidade de armazenagem de gás natural liquefeito não superior a 300 m³, por reservatório, e com pressões máximas de serviço superiores a 100 kPa, bem como os equipamentos auxiliares e de segurança e de controlo, as tubagens e os acessórios da instalação, destinados a abastecer as redes de distribuição ou os consumidores finais.